

# ANEXO V

## TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

### OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N08220.003413/2025-20 (PROCESSO SEI)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETROFIT DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO TIPO VRF NAS INSTALAÇÕES DA SR/PF/AC.

# SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES .....	1
OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	1
SUMÁRIO.....	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS.....	3
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO .....	3
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia .....	3
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	3
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	3
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA .....	4
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA .....	4
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS .....	4
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS .....	4
7. CUSTOS DIRETOS.....	4
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS .....	5
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	5
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI .....	5
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS .....	6
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	6
13. PROJETO EXECUTIVO .....	6
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	7
15. VISTORIA .....	9
16. SUBCONTRATAÇÃO .....	9
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO .....	9
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	9
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS .....	10
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO .....	10
21. DA SUSTENTABILIDADE .....	10

# DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

Trata-se de Serviço Comum de Engenharia, devidamente atestado por profissional da área da engenharia.

Não se trata de Obra, e sim **serviço comum de engenharia** visando à execução de pequenas adaptações, aquisição e instalação de equipamentos, para a implantação do retrofit do sistema de ar condicionado do tipo VRF no edifício sede desta superintendência regional da Polícia Federal no Acre SR/PF/AC.

Tratando-se de alteração não significativa, autônoma e independente, estando adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do prego.

Trata-se de serviço de engenharia, pois proporciona a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se criando coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, **adaptação** ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na **instalação** ou montagem de **objeto em algo já existente**. Objetiva-se, assim, **aumentar a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado**.

Ou seja, atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado, conforme informado neste documento.

### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é COMUM, sob a seguinte justificativa:

O serviço a ser executado tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis e rotineiros em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens. Como mencionado no item anterior são adaptações de pequena monta que visam a regularização de equipamento da SR/PF/AC, típicos de serviço comum de engenharia

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, de acordo com a justificativa abaixo:

Temos no caso em pauta um serviço de engenharia com alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto. Estão previstos no Estudo Preliminar e no Termo de Referência quantitativos exatos necessários para dar cabo à necessidade técnica dos serviços, permitindo, ao seu final, que a Administração seja beneficiada com modernização do sistema de ar condicionado VRF da SR/PF/AC.

Os documentos “Estudo Preliminar” (documento SEI nº 144551476) e o “Termo de Referência” (documento SEI nº 145200370) DEFINIRAM as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU.

## 3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, Estudo Preliminar (documento SEI nº 144551476) e o Termo de Referência (documento SEI nº 145200370) foram elaborados por profissional habilitado em Engenharia Civil, com a emissão de ART.

## 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação foram adotados custos unitários com base em 3 empresas especializadas do ramo.

Como os itens eram muito específicos em relação a realidade das necessidades para a obtenção, a única alternativa era a de conseguir 3 cotações das empresas especializadas do setor.

## 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento do presente serviço de engenharia, foram juntadas as planilhas orçamentárias, nos 3 orçamentos adquiridos, orçamento 1 (L8 SEI 143698541), orçamento 2 (REOBOTE SEI 143701221) e orçamento 3 (WG SEI 143764420).

O documento de Responsabilidade Técnica do profissional que confeccionou as referidas planilhas, consta nos Autos – ART do Responsável (DOC SEI nº 145199864), tendo sido utilizadas tabelas de referência<sup>1</sup> – os mais atualizados possíveis, conforme explanado no item anterior.

## 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação foram adotadas composições de custos unitários oriundas dos bancos empresas especializadas em Sistemas de condicionamento de ar do tipo VRF.

## 7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local, observou-se os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU.

Em relação ao cronograma físico-financeiro serão adotados pagamentos proporcionais à execução físico-financeira do contrato, abstendo-se a Administração de utilizar critério de pagamento para o item “administração local” como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual em cumprimento ao subitem 9.3.2.2. do Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU.

## 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação foram juntadas as Curvas ABC relativas aos insumos e serviços (DOC SEI nº 143940533).

## 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados três orçamentos de empresas da área.

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, não haverá BDI.

## 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação não haverá BDI.

## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos (DOC SEI nº 145128712).

Tendo sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

## 13. PROJETO EXECUTIVO

Não foram elaborados os projetos executivos, mais precisamente no caso em pauta, projetos técnicos para modernização do sistema do tipo VRF para a SR/PF/AC, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada.

Registra-se que o Estudo Preliminar (documento SEI nº 144551476) e o Termo de Referência (documento SEI nº 145200370) e demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, através do Atestado de Vistoria Técnica, feito pelo representante legal ou representante técnico da empresa;

Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA);

Capacidade técnico-operacional

Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

- 1 Atestado contendo a execução de Sistema de climatização utilizando tecnologia VRF (Variable Refrigerant Flow) com capacidade de instalação mínima de 140 TR's;
2. Os quantitativos exigidos respeitam o limite de, no máximo, 50% do quantitativo estimado do objeto;

3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

#### Qualificação Técnico-Profissional

Comprovação de capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho regional competente e na empresa participante como responsável técnico, por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

#### Engenheiro Civil e Mecânico

Engenheiro(a) civil com execução de obra ou reforma, similar ao objeto, com área mínima de 2.000 m<sup>2</sup>;

Engenheiro(a) Mecânico, com execução de Sistema de climatização utilizando tecnologia VRF (Variable Refrigerant Flow), com capacidade de instalação mínima de 140 TR's.

Os quantitativos exigidos respeitam o limite de, no máximo, 50% do quantitativo estimado do objeto;

O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

O TCU, em seu Acórdão nº 534/2016, firmou entendimento de que é lícito a Administração exigir quantitativos para comprovação da capacidade técnico-profissional, inclusive em nível superior aos quantitativos exigidos para a demonstração da capacidade técnico-operacional. Isso porque, segundo a conclusão firmada, “embora a experiência da empresa, sua capacidade gerencial e seus equipamentos sejam fatores relevantes, profissionais qualificados são determinantes para o desempenho da contratada”. Nessa ocasião mais recente, a Min. Relatora ponderou que a jurisprudência do Tribunal evoluiu “para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional” e ainda destacou.

*"(...) é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados."*

Nessa mesma seara temos também o entendimento do TCU no Acórdão nº 3.070/2013 e o REsp 466.286/SP, Relator Ministro João Otávio Noronha, Segunda Turma, DJ de 20/10/2003:

*"Não afronta o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 a exigência de atestados com quantitativo mínimo, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, quando este quantitativo reflita características intrínsecas a cada contrato mencionado nos atestados e quando o objeto licitado for de natureza predominantemente intelectual, dificultando, por conseguinte, a aferição dessa capacitação." (Acórdão nº 3.070/2013)."*

*"a melhor inteligência da norma ínsita no art. 30, § 1º, inc. I (parte final) da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis".*

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão elencados no Termo de Referência.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, será exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, conforme elencados no Termo de Referência.

## 15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será facultativa, e o licitante poderá substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto.

Em consonância com o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), a vistoria prévia deixa de ser uma obrigação passível de ser imposta pela Administração, e se transforma em um direito das empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pelo certame a verificação prévia das condições do local onde os serviços serão executados.



## 16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado não admitiu a subcontratação parcial na presente licitação. Por ser o serviço de engenharia de pequeno vulto, entendemos não ser conveniente, tampouco oportuno a viabilidade de admitir a subcontratação, em consonância com o teor do Acórdão nº 1.453/2009, Plenário do TCU.

## 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de capital mínimo no percentual 10 (DEZ) por cento sobre o valor total estimado da contratação, em consonância ao fixado nos §§2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, correspondem ao §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021.

## 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será vedada a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

No caso concreto, a participação de empresas reunidas em consórcio poderia restringir a competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, seriam capazes de prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e, eventualmente, poderia proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços na licitação. Neste sentido, a permissão pela Administração de participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade. Ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Outro fator a ser observado é o fato do objeto da presente contratação não envolver questões de alta complexidade ou de grande vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Dessa forma, conclui-se que a permissão para participação de empresas em consórcio não se consubstancia na melhor opção a ser adotada pela Administração no caso em concreto.

## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será vedada a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

A vedação à participação de sociedades cooperativas justifica-se pela natureza dos serviços a serem realizados e pelo modo como usualmente este serviço é executado no mercado.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, conforme estabelecido no Termo de Referência.

## 21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, na presente licitação adotou-se as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia: definição de critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial.

Verificou-se a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015).